

Divisão de Pós-graduação e Pesquisa – Academia do INPI

Professores: Celso Luiz Salgueiro Lage e Alexandre Guimarães Vasconcellos

Disciplina CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E DIREITOS ASSOCIADOS

Código: CT.el.3

e-mail: alexguim@inpi.gov.br e clage@inpi.gov.br

Carga Horária: 45

Créditos: 3

Tipo:

Obrigatórias

Eletivas

X

Pré-requisitos: Não há

Objetivos da disciplina

Colocar em discussão as principais questões sobre o acesso ao Conhecimento tradicional para fins de pesquisa e desenvolvimento. Bem como abordar a repartição de benefícios.

Ementa

A relação homem-natureza e as distintas formas de conhecer, lidar e utilizar a biodiversidade. Produção de conhecimentos em comunidades tradicionais e em sociedades tecno-científicas. Convenção da Diversidade Biológica e legitimação de direitos intelectuais associados à biodiversidade. Direitos privados x Direitos coletivos. Tensões entre os países ricos em biodiversidade e os países ricos em tecnologia. Um sistema de propriedade intelectual uniforme pode dar conta da proteção das distintas formas de produção de conhecimento? Evolução das discussões no âmbito do Comitê Intergovernamental da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional e Folclore. Interface entre a Lei de Propriedade Industrial e a Legislação de acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados. Legislação de acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados: implicações para o combate a biopirataria e para o estímulo as pesquisas no Brasil.

Conteúdo programático - Cronograma de atividades

1º encontro:

Apresentação sobre a relação homem-natureza e as distintas formas de conhecer, lidar e utilizar a biodiversidade. Discussão sobre a produção de conhecimentos em comunidades tradicionais e em sociedades tecno-científicas. Contextualização sobre a proteção de direitos sobre as criações intelectuais no universo dos direitos de propriedade intelectual existentes no campo legal.

2º encontro:

Algumas especificidades da proteção de direitos sobre criações intelectuais na esfera dos direitos privados e dos direitos coletivos. Tensões entre os países ricos em biodiversidade e os países ricos

em tecnologia.

3º encontro:

Apresentação da Convenção da Diversidade Biológica e discussão sobre a legitimação de direitos intelectuais associados à biodiversidade. Evolução das discussões no âmbito do Comitê Intergovernamental da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional e Folclore. Interface entre a Lei de Propriedade Industrial e a Legislação de acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados.

4º encontro:

Palestrante convidado. A proteção do conhecimento tradicional na visão dos povos tradicionais. (Normalmente convidamos uma liderança de um povo tradicional para nos ensinar seu modo de ver o mundo, o conceito de propriedade e de propriedade intelectual em seu olhar e o que entende por repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos).

5º encontro:

Legislação de acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados: implicações para o combate à biopirataria e para o estímulo às pesquisas no Brasil.

6º e 7º encontros:

Atividade de pesquisa externa para coleta de dados e informações para a preparação dos seminários e vivência a cerca das problemáticas relacionadas à produção e proteção dos conhecimentos tradicionais de comunidades tradicionais.

8º encontro:

Avaliação. Normalmente no formato de seminário individual sobre tópico relacionado à disciplina. Tema definido em conjunto com os professores. Complementação escrita do trabalho apresentado.

Cabe ressaltar que este cronograma de atividades é ajustado a cada ano, levando em consideração o perfil da turma, a disponibilidade de palestrantes convidados e a adequação de suas agendas e a evolução do campo de estudo.

Bibliografia

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília. 1996. BRASIL. Presidência da República.

Medida Provisória n. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts 1º, 8º, alínea j, 10, alínea c, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências, Brasília, 2001.

Brasil. Lei 13123 / 2015 Regulamenta Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional.

Brasil. Decreto 8772 / 2016 Regulamento Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento tradicional Associado.

Diretrizes de Exame de Pedidos de Patente na Área de Biotecnologia. INPI 2015

Oliveira, Ana Claudia Dias. Manual de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado. ABIFINA, 2017. Disponível em: http://www.abifina.org.br/arquivos/download/manual_acesso_ao_patrimonio_genetico_brasileiro.pdf

SHIVA, V. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ASSAD, A. L. Biodiversidade: institucionalização e programas ambientais no Brasil. Tese de Doutorado em Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000. BRASIL.

Constituição da República Federativa do Brasil. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações feitas pelas emendas constitucionais n. 1/92 a 4/93.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Promulga a ata final da rodada Uruguai das negociações comerciais multilaterais do GATT. Brasília, 1994. BRASIL.

CARVALHO, N. P. From the Shaman's hut to the patent office: in search of effective protection for traditional knowledge. Washington University School of Law, 2003. 107p. Disponível em: <http://law.wustl.edu/centeris/carfpapers/index.html>

CASTELI, P. G. Diversidade Biocultural: direitos de propriedade intelectual x direitos de recursos tradicionais. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2004.

COUTINHO, L. N. A atuação Diplomática Brasileira no 1º Mandato (2001-2003) do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Programa de Relações Internacionais (PPGRI). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, dezembro de 2004 (Dissertação de Mestrado).

DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R. S. V. (ORG). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001. 176p. (Série Biodiversidade, 4).

DUNLOP, R. M. C. Conhecimentos Tradicionais. O interesse brasileiro na OMPI. XLIC Curso de Altos Estudos. Instituto Rio Branco. Brasília 2003.

FERNANDES, L. R. R. M. V. A gestão do conhecimento aplicada à biodiversidade com foco em plantas medicinais. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

LATOURE, B. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

SILVA, M. O Brasil não conta com proteção legal para os conhecimentos tradicionais (Entrevistada por Flavia Cavalcanti). Panorama de Tecnologia 19: 12-17, 2002.

SHIVA, V. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 152p.

VASCONCELLOS, A. G.; BRANQUINHOS, F. B.; SANCHEZ, C. & LAGE, C. L. S. Fitofármaco, Fitoterápico, Plantas Medicinais. O reducionismo e a complexidade na produção do conhecimento científico. Revista Brasileira de Farmacognosia 12, suplemento, p. 103-105, 2002.

VASCONCELLOS, A. G. Propriedade intelectual dos conhecimentos associados à biodiversidade, com ênfase nos derivados de plantas medicinais desafios para inovação biotecnológica no Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Pós-Graduação do Programa de Biotecnologia Vegetal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. 179p.

VASCONCELLOS, A.G. Propriedade intelectual dos conhecimentos associados ao estudo das plantas medicinais: desafio para gestão autônoma da biodiversidade brasileira, p. 21-46. In: Direitos de recursos tradicionais: formas de proteção e repartição de benefícios. Editores: Lin Chau Ming., Izabel de Carvalho, Maíra Cesar de Vasconcellos, Maria Izabel Radomski, Maria dos Anjos Gonçalves Costa, Botucatu, UNESP, 2005.

Periódicos sugeridos:

Journal of ethnopharmacology

Nature biotechnology

Revista Brasileira de Farmacognosia

Ciência e Cultura

Journal of Technology Management and Innovation